



**A EXTENSÃO JUNTO AO GRUPO CULTURAL JONGO DA SERRINHA: UM
ESPAÇO DE FORMAÇÃO E CONHECIMENTO**

***Extension with the Jongo da Serrinha Cultural Group: a space for training
and knowledge***

Carla Costa Dias

Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil.

E-mail: carla.ebaha@gmail.com

Áltera, João Pessoa, v. 2, n. 9, p. 83-106, jul./dez. 2019

ISSN 2447-9837

RESUMO:

A extensão nas universidades públicas pode ser pensada no contexto da reestruturação da política de expansão do ensino superior no país. Como coordenadora do projeto de extensão desenvolvido junto ao Grupo Cultural Jongo da Serrinha, no bairro de Madureira, no Rio de Janeiro, pude acompanhar o processo de mudança vivido pelos estudantes que participaram, ao se reconhecerem afrodescendentes a partir do contato com a tema. A partir de alguns de seus depoimentos, este artigo pretende refletir sobre o papel da extensão universitária e sua institucionalização, para permanência de estudantes na universidade – principalmente dos que ingressaram no contexto das políticas de ação afirmativa.

PALAVRAS-CHAVE:

Extensão. Jongo. Identidade.

ABSTRACT:

University extension at public universities can be looked upon in the context of reorganization of the higher education expansion policy in the country. As coordinator of the extension project developed among the Cultural Group Jongo da Serrinha, in Madureira, Rio de Janeiro, I was able to follow closely the change process experienced by the engaged students while identifying themselves as Afro-descendants upon confrontation with the subject. Through the medium of reports from participating students, this article intends to reflect on the role of university extension by the means of its institutionalization in order to ensure higher completion rates, mainly from incoming students in the context of affirmative action policies.

KEYWORDS:

Extension. Jongo. Identity.



INTRODUÇÃO

Lecionando anteriormente na universidade privada, em outubro de 2009 me concurrei na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pude, então, conhecer a chamada extensão universitária e desse modo registrar o projeto que desenvolvia com a Associação Quilombo Campinho da Independência; assim como estruturar o trabalho com o Grupo de Jongo da Serrinha. A partir dessa última experiência extensionista junto ao Grupo Cultural Jongo da Serrinha, no bairro de Madureira, Zona Norte do Rio de Janeiro, este artigo busca fazer uma reflexão sobre as potencialidades da extensão para a formação acadêmica.

O projeto foi registrado em 2010 e desde então recebe apoio institucional da Universidade através de seus editais de fomento. Já nesse mesmo ano, os primeiros bolsistas do curso de História da Arte, no qual leciono as disciplinas de Arte e Antropologia e de Arte Afro-brasileira, começaram a desenvolver atividades com as crianças na Escola de Jongo. No ano seguinte, elaboramos a proposta do Centro de Memória e a submetemos ao edital PROEXT/MEC. A iniciativa foi contemplada nas três edições subsequentes desse edital, primeiro como projeto e depois integrando um programa. Esse apoio foi expresso, principalmente, em bolsas para estudantes. No total, passaram pelo projeto 31 estudantes, sendo que alguns participaram das ações durante todo o período de sua graduação.

Na primeira parte, o artigo trata da institucionalização da Extensão na UFRJ em diálogo com a Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão. Na segunda parte, apresento o projeto, desenvolvido com base no trabalho de campo antropológico; e para refletir sobre o papel da extensão na formação universitária, trago relatos de alguns estudantes/bolsistas que participaram em diferentes momentos do programa¹.

O objetivo deste texto é ainda refletir sobre o papel da extensão para a inserção do estudante na universidade. O trabalho diz respeito à afirmação de uma identidade afro-brasileira, uma identidade em processo, construída pelos estudantes negros e negras, possibilitada pelas ações extensionistas.

¹ Esses textos foram escritos pelos estudantes para compor um livro que pretendemos publicar.



O lugar da extensão, na universidade pública principalmente, coloca um desafio para a antropologia e para os pesquisadores/docentes no que diz respeito à formação de profissionais críticos qualificados, mas também à formação da prática do trabalho de campo. A antropologia pode contribuir para a atividade extensionista no planejamento e na elaboração conjunta de seus objetivos, na medida em que o último pode ser um desdobramento de um trabalho de campo prévio, como foi o caso que será apresentado neste artigo.

A CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL E NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

A extensão universitária é uma prática acadêmica histórica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo sido institucionalizada em 1985 com a criação de uma sub-Reitoria, que na ocasião elaborou o documento “Da Extensão Universitária – versão preliminar, uma proposta em discussão”, apresentado ao Conselho Universitário em agosto de 1986. A história da extensão na UFRJ é, portanto, a história de sua democracia, assim como a do país: a Constituição de 1988 sublinha o papel social da universidade pública ao reconhecer o seu tripé formador: ensino – pesquisa – extensão. Desde então, a última tem trilhado o caminho da institucionalização, embora com muitas resistências, mas também com significativos avanços².

O I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras foi realizado em 1987 na Universidade de Brasília (UnB). O evento foi um marco desse processo, principalmente pela criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), que se constituiu como entidade voltada para a definição e a constru-

² Nesse processo destacam-se várias iniciativas, como: a criação do Congresso Anual de Extensão da UFRJ em 1999; a criação do Programa Institucional de Bolsas de Extensão; a criação da Plenária de Coordenadores de Extensão em 2011 – atual Plenária de Extensão (quinzenal); a adoção do Sistema de Informação e Gestão de Projetos (Sigproj-MEC) para o registro das ações de extensão da UFRJ e a realização dos editais de fomento em 2012; a regulamentação da inclusão da extensão nos currículos dos cursos de graduação, com a aprovação da Resolução CEG 02/2013; a aprovação de regulamentação para os cursos de extensão da UFRJ em 2016; a criação do Edital de Registro Único de Ações de Extensão (RUA), com edição semestral, com a definição das respectivas diretrizes para registro em 2016; a criação do Módulo Extensão no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA) em dezembro de 2016; e a criação do Programa de Fomento Único de Ações de Extensão (Profaex) unificando todos os editais de fomento existentes anteriormente a 2017.



ção da política de extensão, propondo diretrizes e articulando e integrando as instituições de educação superior, seus dirigentes e os demais agentes da sociedade civil³.

Nesse fórum definiu-se que:

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. (I Encontro de Pró-Reitores de Extensão, 1987, p. 11).

Esse foi um marco relevante para a elaboração da Política Nacional de Extensão Universitária, que foi publicada no ano de 2012⁴. Através de representantes da sua Pró-Reitoria de Extensão, a UFRJ participou ativamente do debate para a construção do campo, no marco de um projeto pedagógico que pensa a extensão de forma integrada à formação discente, distante da perspectiva assistencialista. O princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, percebido como um processo interdisciplinar amplo, que envolve dimensões múltiplas e promove a transformação de outros setores da sociedade, compõe assim o tripé que sustenta a universidade pública (FORPROEX, 2012, p. 28).

O contexto da reestruturação do ensino superior, da política de expansão do acesso promovido pelo REUNI e do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, lançado em 2007, também contribuiu para pensar a implementação

³ “O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras é uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometida com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia. São membros natos do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, com direito a voz e voto, os Pró-Reitores de Extensão e titulares de órgãos congêneres das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras. Semestralmente o FORPROEX se reúne para debates e anualmente elege sua coordenação nacional.” (RENEX, Rede Nacional de Extensão. Sobre o FORPROEX e a RENEX. 21 nov. 2016. Disponível em <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/forproex-e-renex>. Acesso em: 20 jan. 2019).

⁴ Cf. FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, maio de 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2020.



da extensão nas universidades públicas. A meta quantitativa colocada pelo Plano pressupõe mecanismos de inclusão social, permitindo e garantindo a igualdade de oportunidades no acesso e na permanência de todos.

Com a expansão ocorrida graças à política nacional de democratização do ensino, na UFRJ foram criadas 90 habilitações em graduação e 25 programas de pós-graduação. Nesse mesmo período, a extensão se institucionalizou, envolvendo um número crescente de estudantes e, em 2017, tornou-se exigência para integralização dos créditos nos currículos de graduação. A Resolução do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) n. 02/2013 regulamenta o registro e a inclusão dessas atividades nos currículos dos cursos de graduação da UFRJ⁵:

Art. 10 - A realização de atividades de extensão é obrigatória para todos os estudantes dos cursos de graduação da UFRJ, devendo estar previsto um mínimo de dez por cento de carga horária em atividades de extensão nos respectivos currículos, em relação ao total de créditos a serem cursados.

§ único – A presente resolução reconhece e valida as atividades de extensão já previstas nos currículos da UFRJ, e cria a possibilidade do seu registro no histórico escolar do estudante no formato RCS/EXT - Requisitos Curriculares Suplementares de Extensão, ou disciplinas de extensão (UFRJ, 2013, p. 1).

Portanto, a integralização das ações de extensão nos currículos como créditos em todos os cursos da UFRJ, no âmbito da graduação, tem sido uma prioridade; de forma que essa modalidade expandiu muito entre 2015 e 2018. Há um crescente envolvimento dos estudantes, dos docentes e dos técnicos-administrativos no desenvolvimento das ações, uma vez que a preparação das condições para a exigência da obrigatoriedade da extensão nos currículos mobilizou toda a universidade – gerando, inclusive, inúmeros conflitos, resultado das disputas de campos disciplinares e de concepção de universidade.

Para a efetivação dessa política na UFRJ, a Plenária de Extensão, realizada quinzenalmente, foi o espaço de discussão e integração acadêmica dos centros e unidades, todos com representantes presentes. O trabalho na Plenária⁶ tornou possível a formação progressiva de uma comissão experiente de avaliadores ad hoc da exten-

⁵ O documento de 1987 já indicava a necessidade de a extensão ser convertida em créditos curriculares para os estudantes e em pontos na carreira de docentes e técnicos.

⁶ Em junho de 2019 o Consuni aprovou a resolução de alteração do Regimento da Universidade criando o Conselho de Extensão Universitária – CEU.



são que compartilham concepções, produzem e modificam instrumentos de avaliação da extensão, de forma coletiva e consensual, a partir do debate democrático e intenso sobre a avaliação e o acompanhamento dos programas, projetos, cursos e eventos de extensão.⁷ A integração entre o ensino e a extensão assume, então, como seu objetivo central a formação integral do estudante.⁸

A política nacional de extensão, nas universidades públicas, contou com o apoio do Programa de Extensão ProExt - parceria entre o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Cultura (MinC) e o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), até 2016, quando foi interrompido. Com o objetivo de apoiar programas e projetos de extensão universitária, o ProExt permitiu que muitas ações se estruturassem e se institucionalizassem por meio de editais de fomento. Além de recursos de custeio e capital, bolsas para estudantes foram especialmente privilegiadas na avaliação positiva das propostas.

O ProExt tinha como objetivo fomentar ações de extensão em consonância com as políticas públicas em diversas áreas organizadas em vinte linhas temáticas, demonstrando a expansão das atividades extensionistas no cenário nacional. Uma das áreas contempladas no edital e desenvolvida com o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) era a de Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, com ênfase no patrimônio imaterial e memória social⁹.

⁷ A regulamentação da extensão via FORPROEX, ProExt/MEC e editais específicos dentro das próprias universidades possibilitaram a esta consolidar-se, adquirir reconhecimento e ampliar seu espaço no interior das IES. Incrocci e Andrade (2018, p. 210) destacam o “crescimento dos investimentos em atividades extensionistas em comparação com outros, no âmbito universitário, desde 2008. O aumento de quase 19 vezes no financiamento e de 36 vezes no número de projetos submetidos, demonstra que os pesquisadores das IES têm direcionado seus esforços ao desenvolvimento de projetos de extensão ao observarem que a extensão tem trazido resultados válidos ao acúmulo de capital. Afinal, quanto mais recursos esses captam para suas universidades por meio de financiamento, maior o seu reconhecimento no domínio do campo científico”.

⁸ A extensão tem impacto de maior adesão dos estudantes às atividades universitárias e de formação acadêmica, melhorando seu desempenho geral impactando positivamente nos dados principais de referência ao reduzir o tempo de retenção e a taxa de evasão dos cursos de graduação. (UFRJ, PDI 2018)

⁹ A Linha Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro é a quinta Linha Temática de maior expressão do ProExt em número de projetos aprovados de 2009-2016, totalizando 227 no período (INCROCCI; ANDRADE, 2018 p. 202).



O PROJETO NA SERRINHA: IDENTIDADE E RECONHECIMENTO

O jongo é uma forma de louvação aos antepassados, consolidação de tradições e afirmação de identidades. Ele tem raízes nos saberes, ritos e crenças dos povos africanos, principalmente os de língua bantu. São sugestivos dessas origens o profundo respeito aos ancestrais, a valorização dos enigmas cantados e o elemento coreográfico da umbigada. (Dossiê IPHAN, 200, p. 14)

O jongo é uma herança cultural trazida da África pelos negros bantus, da região do Congo-Angola, para as fazendas de café do Vale do Paraíba durante o período da escravidão. Com a Abolição, muitos libertos migraram para a então capital do país, o Rio de Janeiro, formando as primeiras favelas cariocas. No Rio de Janeiro, o processo de marginalização espacial de grande parte da população também levou a uma marginalização das identidades desses grupos. O Morro da Serrinha, em Madureira, na zona norte, é uma destas favelas centenárias da cidade do Rio e o único núcleo tradicional de jongo da cidade. A Serrinha é parte do cenário do subúrbio carioca e representa, no imaginário da cidade, um lugar de produção da cultura popular urbana afrodescendente. Samba e jongo são as referências mais famosas da cultura produzida no local. Dessa forma, a comunidade carrega a particularidade de ser a casa de dois importantes ritmos e, inevitavelmente, de várias personalidades jongueiras e sambistas¹⁰.

Considerado como o ritmo “pai do samba”, o jongo quase foi extinto durante o século passado. Trata-se de uma dança de roda, de umbigada, acompanhada pelo som de dois tambores, um grave (caxambu) e um agudo (candongueiro). Na década de 1980, Darcy Monteiro, músico apoiado por sua mãe Joana, respeitada Mãe de Santo local, decide criar um grupo artístico para difundir o jongo e ensinar para crianças e jovens. A inserção das crianças na roda de jongo certamente é um elemento que leva em consideração as transformações do tradicional ritmo afro-brasileiro. O ritmo, segundo relatos, era restrito aos “cabeças brancas”, sendo, portanto, uma dança limitada aos mais velhos. Com a entrada dos jovens no jongo, o conhecimento é transmitido, a fim de que seja preservado pelas novas gerações. Darcy Monteiro ou Mestre Darcy, como é conhecido por toda a comunidade, ao criar o grupo artístico,

¹⁰ No bairro de Madureira, precisamente na Serrinha, nasceu a Escola de Samba Império Serrano.



ainda introduziu no jongo um terceiro tambor, solista, reproduzindo células rítmicas. Acrescentou, também, instrumentos de harmonia.

Em 2005, o Jongô do Sudeste foi registrado como Bem Cultural de Natureza Imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Livro de Registro das Formas de Expressão, a partir da pesquisa desenvolvida pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.¹¹ O inventário buscou as expressões de origem africana relacionadas à cultura do café e da cana-de-açúcar na região Sudeste.

Foi observada uma variedade de representações musicais, coreográficas e simbólicas que, de modo geral, estão compreendidas nas mesmas categorias analíticas – jongo, tambu, caxambu, tambor e batuque – que guardam elementos comuns e também particularidades conjunturais nos diferentes contextos onde são cultivadas: periferias metropolitanas e de pequenas cidades e comunidades rurais. (IPHAN, 2007, p. 13).

A comunidade do Morro da Serrinha participou do processo, sendo um dos grupos visitados. O inventário destaca a forma da dança característica da comunidade.

O jongo da Serrinha consolidou uma sequência de passos bastante característica. Os dançarinos movem-se em círculo até que dois deles se dirigem ao centro da roda, espontaneamente, onde executam um solo coreográfico. fazem-no até que outro integrante da roda substitua uma das pessoas do par solista, aproximando-se com movimentos graciosos. (IPHAN, 2007, p. 34).

Hoje, o “Centro Cultural Jongô da Serrinha” (ou “a Casa do Jongô”) realiza atividades de ensino e exibição desse ritmo, tendo como base pedagógica a cultura afro-brasileira e as tradições e memórias da Serrinha. As oficinas de jongo, cultura popular, dança afro, canto, teatro, vídeo, fotografia e as oficinas com os griôs¹² estão permanentemente estimulando a participação de crianças e jovens a vivenciar e conhecer possibilidades da expressão e da identidade negra e periférica através da

¹¹ Foram visitadas sete comunidades jongueiras no estado do Rio de Janeiro e contatadas outras cinco do Estado de São Paulo, além de duas no estado do Espírito Santo (IPHAN, 2007, p. 19)

¹² Griot, transformado no Brasil em griô, é um termo francês que indica aqueles que contam as histórias da comunidade, que preservam suas tradições, que transmitem oralmente os saberes ancestrais, os conhecimentos de uma comunidade. No Centro Cultural da Serrinha, Tia Maria tinha um encontro com as crianças. Foi essa oficina que inspirou o projeto submetido ao edital Interações Estéticas da Funarte em 2010 que possibilitou a produção do livro Cantos e Contos (DIAS; CÔRTEZ, 2011) com as histórias que ouvimos de Tia Maria, Lazir Sinval, Deli Monteiro e Luiza Marmello, principais integrantes do grupo de Jongô da Serrinha.

arte, buscando na dinâmica das manifestações populares uma ressignificação de suas práticas.

O jongo é uma forma de expressão afro-brasileira que integra percussão de tambores, dança coletiva e práticas de magia. É praticado nos quintais das periferias urbanas e em algumas comunidades rurais do sudeste brasileiro. Acontece nas festas de santos católicos e divindades afro-brasileiras, nas festas juninas, nas festas do Divino, no 13 de maio da abolição da escravatura. É uma forma de louvação aos antepassados, consolidação de tradições e afirmação de identidades. [...] São sugestivos dessas origens o profundo respeito aos ancestrais, a valorização dos enigmas cantados e o elemento coreográfico da umbigada.¹³

A parceria da universidade com a comunidade do Jongo na Serrinha se iniciou com o “Prêmio Interações Estéticas em Pontos de Cultura da Funarte/Minc/2009”, quando se propuseram experimentações plásticas e o registro das atividades em desenhos, fotos, vídeos e textos relacionados às práticas das crianças que participavam do projeto Escola do Jongo. A partir desse prêmio, os vínculos permaneceram e esses laços deram origem ao “Cantos e Contos – a Memória Viva do Jongo da Serrinha”, novamente contemplado com o prêmio Interações Estéticas (2010) e também apoiado pelo Programa de Extensão e pelo Programa de Iniciação Artística e Cultura, ambos da UFRJ.

O projeto de extensão foi produto desse compromisso afetivo que estabelecemos a partir dessa convivência anterior com o Grupo de Jongo da Serrinha; e pretendeu contribuir para a construção do imaginário da comunidade, para a sua relação com a herança cultural, e para a valorização da identidade e da história local, trazendo a temática da diáspora africana e a história da África.

A elaboração conjunta do projeto de extensão e a inscrição nos editais de fomento contaram, desde o início, com a participação de estudantes do recém-criado curso de História da Arte¹⁴. O projeto, denominado “Preservando e Construindo a Memória do Jongo da Serrinha”¹⁵ foi contemplado primeiro no âmbito dos editais

¹³ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/JongoCertidao.pdf>>. Acesso em 26 de dezembro de 2019.

¹⁴ Leciono no curso de História da Arte, da Escola de Belas Artes, as disciplinas Arte e Antropologia e Arte Africana e Afro-brasileira desde 2009.

¹⁵ Nome do projeto registrado no SigProj em 2010. Em 2016 o projeto foi desmembrado e o que estava registrado passou para a coordenação de Renato Mendonça Barreto, professor da Escola de Educação Física e dançarino do Grupo Jongo da Serrinha, que já atuava na equipe. Constituímos dois eixos de

próprios da Universidade e em 2011 foi aprovado e contemplado com recursos, na modalidade projeto, no ProExt/MEC¹⁶. Em 2013, já na modalidade Programa¹⁷, foi contemplado mais uma vez, o que possibilitou a continuidade e a ampliação do trabalho, das relações sociais com os moradores da Serrinha e, principalmente, com os estudantes e seus interesses em conhecer e participar. Assim começou a extensão no curso de História da Arte, com muita pesquisa e trabalho de campo. Joana Pinho, estudante da segunda turma (2010) do curso de História da Arte/UFRJ, destaca a motivação para o ingresso na equipe do projeto:

[...] Fora a primeira vez na graduação que tivera contato, dentro de um mesmo grupo de trabalho, com pessoas de unidades diferentes da Escola de Belas Artes. Mas de longe, o que mais me impressionou no Projeto foi que seu objetivo básico era colaborar com a preservação e valorização da memória, da cultura e dos patrimônios locais da comunidade da Serrinha, sobretudo aqueles relacionados ao Jongu e que isso havia partido de uma demanda identificada pela própria comunidade. (Joana Pinho, Historiadora da Arte, ex-bolsista PROEXT).

Além de estudantes do curso de História da Arte, participaram do projeto alunos de diversos cursos da Universidade, como: Comunicação, História, Comunicação Visual, Museologia, Educação Física, Pintura, Educação Artística e Serviço Social, alguns por períodos mais curtos, um ano ou dois; outros permaneceram durante toda a graduação, colaborando para a formação dos novos participantes e compondo o corpo do laboratório, o grupo de pesquisa que ensaiava se formar. Durante esses anos, participaram cerca de 30 estudantes. A equipe era formada, também, por professores de alguns dos cursos mencionados, além de uma pesquisadora local, Lazir Sinval, integrante do Grupo de Jongu. Como *informante privilegiada*, sua participação na equipe do projeto foi fundamental para a realização das atividades de pesquisa de campo e levantamento do material dos acervos pessoais e familiares.

atuação e um outro projeto foi criado com os mesmos princípios norteadores, porém com diferentes objetivos e metodologias. O projeto de memória passou a ser chamado “Patrimônio, Identidade e Memória: A Serrinha”.

¹⁶ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8158-resultado-final-edital-no4-proext2011-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192>.

¹⁷ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11404-resultadofinal-proext2013&category_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192>.





Imagem 1 (à esq.) – Grupo Jongo da Serrinha, 13 de maio de 2013, na antiga sede.

Imagem 2 (à dir.) – Roda de Jongo na cerimônia de “entrega da chave” do imóvel para construção da Casa do Jongo.

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2013.

O trabalho de campo nos permitiu progressivamente conhecer e construir uma relação de confiança e colaboração. O ritmo também era imposto pelos conflitos vividos na comunidade, com o tráfico de drogas e a polícia. Por vezes, passávamos mais de um mês sem poder frequentar o território.

A extensão envolveu um conjunto de ações em parceria com o Grupo Cultural Jongo da Serrinha, que já buscava realizar ações de memória. Pensar e elaborar coletivamente um projeto para criação do Centro de Memória do Jongo na Serrinha era nosso desafio. Esse processo foi pensado a partir da direção dos moradores, artistas e educadores vinculados à comunidade jongueira, de modo a preservar e valorizar a cultura e os patrimônios locais.

Um viés da museologia social pressupõe o engajamento aos movimentos emancipatórios da sociedade e a disseminação dos conteúdos próprios dessa museologia, a fim de cooperar para a aquisição, a preservação, a documentação e a difusão do patrimônio cultural de diferentes grupos que se impelem à escrita, na primeira pessoa do plural, de suas histórias e memórias.

Nesse sentido, o exercício da cidadania passa pelo reconhecimento e pela va-

lorização da identidade e do patrimônio: cidadãos plenos só podem se constituir a partir desse reconhecimento. Como já dissemos, no Rio de Janeiro, o processo de marginalização espacial de grande parte da população também levou à marginalização das identidades dessas populações, de suas manifestações culturais e artísticas, de suas formas de expressão e de sua paisagem cultural, dentro do modelo que se construiu do “ser carioca”.

Assim, através das oficinas elaboradas a partir dos princípios da Nova Museologia¹⁸, como memória e cidadania, inventário participativo, cartografia social, história oral, educação patrimonial, conservação de documentos, genealogia e cartografia, o grupo pôde levantar questões sobre os temas relevantes no processo de registro de sua atividade cultural. Tais oficinas, igualmente, promoveram a reflexão, por parte do grupo, a respeito da sua própria trajetória social e seu acervo cultural.

Além dessas, outras oficinas foram realizadas a partir das demandas da comunidade e dos participantes do projeto, como as relativas às questões de gênero e geração. As propostas foram estruturadas de maneira a permitir que a comunidade tivesse seu espaço de fala assegurado. As oficinas realizadas com tutoria dos estudantes corresponderam a um momento privilegiado de trocas de saberes e experiências.

¹⁸ A museologia social tem suas origens na Mesa Redonda de Santiago do Chile, realizada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM/UNESCO) em 1972, onde foi defendida a ideia de que o museu deve contribuir para a superação das desigualdades sociais. Foi a partir desse evento que começou a se configurar a nova museologia, que afirmam a função social da instituição museu e o caráter global de suas intervenções, participando assim da formação da consciência da comunidade a qual serve e desempenhando um papel decisivo na educação da mesma, e por fim no seu desenvolvimento. A Museologia Social diz respeito a apropriação comunitária e coletiva da produção e gestão do próprio patrimônio. Cf: XV CONFERÊNCIA Internacional do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM). Declaração MINOM Rio. 2013. Disponível em: <<http://www.minom-icom.net/files/declaracao-do-rio-minom.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2020.





Imagens 3 e 4 – Oficinas de legenda e cartografia.
Fonte: Acervo do projeto, 2012.



Imagem 5 – Entrevista na casa de Tia Ira.
Fonte: Acervo do projeto, 2012.

Durante os anos de trabalho e convivência com moradores e representantes do Grupo Cultural Jongô da Serrinha, muitas imagens foram produzidas, nas diversas situações e eventos; assim, apresentações de jongô e de samba, procissões, encontros no terreiro, entrevistas e o cotidiano periférico foram fixados no acervo do projeto. Esses registros foram captados com o intuito de colaborar com a construção de uma memória narrada pelos próprios moradores, jongueiros e sambistas da comunidade da Serrinha.

Entrevistamos vários moradores e personalidades locais relacionadas ao samba e ao jongô, indicados por Lazir, que inclusive agendou algumas: Tia Maria, Ira, Felino Feliciano, Igina, Hélio e Molequinho foram alguns dos entrevistados¹⁹. A história da Serrinha foi sendo reconstruída pela narrativa da memória de cada um – como fragmentos de uma memória coletiva. A cada visita para entrevista, recolhíamos os álbuns de fotografias, documentos, recortes de jornal, enfim, todo o suporte de memória que era invocado na narrativa. Cada um dos participantes buscava ouvir, a partir da sua própria história, as histórias contadas pelos outros. Dessa maneira, as lembranças reunidas compõem um acervo de memória coletiva, para acesso das novas gerações.

As entrevistas foram gravadas em vídeo e depois transcritas. Procurávamos ouvir e registrar todos os encontros e eventos em imagens fotográficas e em filme. As gravações em vídeo foram realizadas sem um planejamento técnico específico, sem um roteiro fixo ou uma estrutura de gravação pré-determinada. As entrevistas eram feitas por uma equipe de no mínimo três pessoas e geralmente duravam todo o dia, algumas vezes entremeadas por almoços, lanches e cerveja.²⁰ Cada encontro na casa de cada família era uma vivência particular para nós. Algumas vezes foi preciso retornar para ver os álbuns de família, os documentos, recortes de jornal – enfim, as lembranças guardadas. Em algumas ocasiões levamos o scanner para digitalizar esses arquivos, em outras, recolhemos para digitalizar na universidade.

Além dos encontros familiares, participamos de muitos eventos, entre os quais

¹⁹ Tia Maria, Felino Feliciano, Tio Molequinho, Tia Lazir, que participaram do projeto, faleceram.

²⁰ Um dos “produtos do projeto” foi um vídeo de 14 minutos, construído para ser utilizado pela comunidade jongueira da Serrinha. Alguns personagens que entrevistamos e gravamos, já faleceram. Disponível em: <https://youtu.be/cQ1Gz1LsrQc>.



a Procissão/Carreata de São Jorge, realizada todos os anos no mês de abril. Durante 3 anos estivemos na van organizada por Deli Monteiro e acompanhamos, dia a dia, as paradas e festejos. Essa foi uma experiência inédita na trajetória dos alunos que entraram no projeto. Analice Paron, estudante de comunicação que acompanhou a carreata ficando responsável pela câmera fotográfica do projeto, ficou bastante mobilizada com as imagens que pode registrar, nesta e em outras ocasiões.

Além das oficinas, foram realizadas inúmeras visitas a campo onde pudemos acompanhar e participar de atividades propostas pelo Grupo de Jongo. Participamos de suas ações pedagógicas realizadas na Casa do Jongo e em escolas da rede pública, municipal e estadual, na cidade do Rio de Janeiro e em outros municípios. As ações nas escolas, resultantes de um projeto inscrito em edital da Secretaria de Cultura pelo Grupo de Jongo, foram lembradas por Deise Pimenta, estudante de Serviço Social na época, que criou vínculos fortes com o grupo e acompanhou algumas dessas atividades.

[...] Neste sentido, a extensão universitária nos possibilitou conhecer a realidade da favela e também acompanhar a convite dos coordenadores da Escola do Jongo um projeto que consistia em levar o grupo de Jongo às escolas municipais para apresentação de jongo e contações de histórias para crianças de escolas públicas. (Deise Pimenta, Assistente Social, ex-bolsista ProExt).

Os resultados desse projeto têm sido disponibilizados para o Grupo Cultural Jongo da Serrinha e parte deles compõe o museu virtual disponível na página do grupo, que reúne todo o material digitalizado e identificado²¹. Imagens e textos recontam, a cada dia, as narrativas que fundam a existência e a permanência dos sujeitos, agentes de novas histórias. Assim, também fez parte dos nossos objetivos contribuir para a sustentabilidade do grupo. O acervo pessoal e as imagens familiares são como registros históricos; portanto, seu resgate é significativo para a compreensão dos processos de construção de uma memória social, uma vez que o uso dessas imagens permite a criação de um rito de memorização e integração das gerações. As lembranças evocadas por esses registros apresentam aos mais jovens uma experiência que eles não viveram mas da qual fazem parte, corroborando para incorporarem a sua história nessa memória coletiva.

²¹ Disponível em: <<http://museu.jongodaserrinha.org/>>.



DISCUSSÃO: O LUGAR DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

[...] educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a ‘sede do saber’, até a ‘sede da ignorância’ para ‘salvar’, com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 1983, p. 15).

A recente política de acesso à universidade para as camadas populares modificou de forma contundente todas as instituições de ensino superior (IES): as políticas de ações afirmativas²² estão contribuindo para a democratização da universidade (MACHADO, 2013), além de serem uma importante ferramenta contra o racismo e a discriminação racial nas IES e na sociedade em geral. A adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)²³, ademais, possibilitou alterações sem precedentes na composição social dos/as estudantes universitários, embora os estudos ainda sejam incipientes.

Na UFRJ, a adesão às políticas de ação afirmativa ocorreu em 2012, através do sistema de cotas. As cotas utilizadas no processo de acesso foram destinadas a estudantes provenientes de escolas públicas, a estudantes de renda familiar inferior a 1,5 salário mínimo e a estudantes pretos, pardos e indígenas. A partir do concurso de acesso de 2013,²⁴ pudemos acompanhar a transformação que ocorreu de modo visível: a UFRJ se tornou mais negra, indígena, diversa, conformando um corpo discente mais próximo à diversidade cultural, étnico-racial e social do país. Na fala dos estudantes participantes do projeto, é possível perceber a consciência desse lugar ocupado e conquistado, como vemos no trecho abaixo:

²² Até 2008, 51% das universidades públicas estaduais e 41,5% das universidades públicas federais brasileiras haviam adotado alguma ação afirmativa. Para saber mais sobre a rede de pesquisadores criada para avaliação das ações afirmativas para negros e indígenas no ensino superior, ver: <www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br> (SANTOS, 2012).

²³ O ENEM possibilitou uma intensificação da mobilidade regional. Na UFRJ, no curso que leciono, podemos observar a presença de estudantes de vários estados e regiões do país; já que é possível concorrer às vagas, através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), sem o deslocamento prévio.

²⁴ No texto da Resolução nº 21/2012, passou-se a “III – Destinar 51,8% (cinquenta e um vírgula oito por cento) das vagas de cada um dos grupos resultantes após a aplicação do percentual definido no inciso II [referente aos 15% de vagas em 2013 e 25% de vagas a partir de 2014 para estudantes com renda *per capita* menor ou igual a 1,5 salário mínimo, por curso/opção, aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, de acordo com a Lei nº 12.711, de 29/9/2012, o Decreto nº 7.824, de 11/10/2012 e a Portaria Normativa nº 18-MEC, de 11/10/2012”.



[...] Meu ingresso na UFRJ se deu por meio de ações afirmativas, naquele mesmo ano a UFRJ tinha acabado com o vestibular tradicional e passou a fazer o uso da nota do ENEM, destinando 40% das vagas para o Sisu (Sistema de Seleção Unificada). Ou seja, tratava-se de um momento de mudança, onde alunos negros, pobres e periféricos inseriram-se no ensino superior e mudava a cara das universidades públicas brasileiras. (Gabrielle Nascimento, historiadora da arte, ex-bolsista Proext, 2018).

Nesses dez anos de atuação docente na universidade pública em suas três instâncias acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão), pude acompanhar transformações significativas nos estudantes a partir do seu ingresso:

[...] Hoje sou Assistente Social formada pela UFRJ e afirmo que o papel da extensão da universidade pública é nos formar cidadãos e sermos atuantes no que prima à extensão universitária: estender-se ao outro para construções de pontes entre saberes que gerem mudanças reais na sociedade. (Deise Pimenta, assistente social, ex-bolsista ProExt).

A extensão universitária corrobora para o incremento de uma política de redução das desigualdades sociais por ser o espaço onde a ação afirmativa se exerce, na medida em que inclui o diálogo mais horizontal entre seus participantes, dentro e fora da universidade. Nesse sentido, os movimentos sociais têm, cada vez mais, atuado junto à universidade pública, reivindicando pautas e ocupando espaços de diálogo. É importante, portanto, enfatizar o princípio da interação dialógica ao se falar sobre a extensão universitária, pois essa prerrogativa preconiza e reforça o entendimento de que a ação, o conhecimento, o serviço e/ou o produto do fazer extensionista devem acontecer em permanentes troca, diálogo e interação – com o lado de fora da universidade e com quem se estabelece uma relação de parceria.

Incorporar os pressupostos da interação dialógica ao fazer extensionista implica não só reconhecê-los como fundamentais a essa prática, mas também em assumir como prerrogativa metodológica a existência de múltiplos protagonistas e perspectivas que constituem cada proposta. Por esse ângulo, acredito que conseguimos dar um passo importante na UFRJ e em nosso fazer coletivo de construção da extensão²⁵.

“Preservando e construindo a memória do Jongo da Serrinha” não é apenas o título do projeto de extensão, mas constituía uma premissa pedagógica na qual

²⁵ Em 2016 ingressei na Pró-Reitoria de Extensão, onde pude acompanhar e participar da construção da política de extensão da UFRJ, como integrante da equipe de gestão.



estávamos inseridos: a noção de que, para se preservar e se construir a memória desse grupo tradicional, era preciso fazê-lo de modo interdisciplinar, interprofissional, assegurando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; e, sobretudo, garantindo a interação dialógica entre os sujeitos partícipes desse projeto – concebido e planejado em interação com a comunidade do Jongu da Serrinha, desde o início.

Como já apontamos, a exclusão de grande parte da população desse processo de construção identitário faz parte também do processo que os excluiu social e economicamente, tornando-os, durante muito tempo, invisíveis e/ou indesejáveis. O apagamento de sua memória, de suas manifestações culturais e de sua paisagem é, ao mesmo tempo, reflexo e condição da segregação. É desse contexto que estratégias de identificação do patrimônio podem atuar como importantes elementos no empoderamento de populações, dando voz a grupos tradicionalmente excluídos e, com isso, inserindo-os de maneira mais influente no jogo democrático.



Imagens 6 e 7 – Bolsistas com as crianças da Escola de Jongu Figura
Fonte: Acervo do projeto, 2013.



Imagem 8 – Parte da equipe do projeto.
Fonte: Acervo do projeto, 2014.

A parceria com o Grupo Jongo da Serrinha possibilitou a construção de um verdadeiro laboratório de interação comunidade/universidade onde pudemos aplicar e rever metodologias de produção de conhecimento. A extensão é um ponto de intersecção produtor de um saber local (GEERTZ, 2009): “local”, aqui, tem o sentido de “particular” e, em sua particularidade, nos permite atingir de forma mais qualificada o universal. Nessa experiência, todos os envolvidos se transformaram, como podemos ver no depoimento a seguir:

[...] Participar de todo esse processo foi sim um grande exercício para o olhar. E foi bem mais do que isso. Ter sido bolsista do projeto de extensão Patrimônio, Identidade e Memória: A Serrinha, colaborou intrinsecamente para a fotografia que eu estou me tornando hoje. Concluí a graduação em Comunicação Social da UFRJ e, atualmente trabalho como fotojornalista.

Procuro, todos os dias, me lembrar que cada um que passa pelas lentes que uso é um ser único, detentor de uma história, que faz parte de outras histórias. Que esse ser carrega uma ancestralidade que deve ser respeitada, que ele merece ser ouvido antes do clique. Uma boa foto não procura trazer a essência do momento, mas refletir a experiência que está inserida em algum contexto. (Analice Paron, jornalista, ex-bolsista ProExt).

As entrevistas e as trocas com a comunidade do jongo e do samba provocaram nos estudantes uma postura autorreflexiva, própria da etnografia. Ao tratarem da identidade, percebemos que eles mesmos são levados a refletirem sobre e a afirmarem uma identidade étnica, muitas vezes não antes assumida. Os estudantes puderam se reconhecer negros, encontrar sua herança e construir seu pertencimento. Assim, o acesso à memória do outro possibilitou a construção de sua própria memória, que é também coletiva. A experiência do projeto na trajetória dos alunos foi significativa para a construção de sua identidade, como pode ser visto no trecho abaixo, extraído do relatório de uma das participantes:

O interesse em fazer parte do projeto de extensão “Preservando e construindo a Memória do Jongo da Serrinha” surgiu, inicialmente, devido à influência que o jongo teve na reafirmação e resgate da minha identidade. Nasci na cidade de Campinas – SP e durante todo o tempo em que morei naquela cidade, até meus dezanove anos, acreditava não pertencer a mim a identidade afro-brasileira. Depois de mudar para o Rio de Janeiro, com a entrada na universidade, passei a me reconhecer e assim se fez a necessidade de resgate da identidade que me foi negada até então. Além de me reconciliar com minha imagem, entre outras coisas, surgiu a vontade de buscar onde nasci os lugares que me pertencem, no sentido de compartilhar comigo a ancestralidade. (Mayara, estudante de História da Arte, ex-bolsista).

Construir a extensão como o lugar do trabalho de campo, o lugar onde os estudantes podem, sim, realizar sua formação, sua práxis: para além de realizar um trabalho final onde a teoria pode ser finalmente confrontada com a dimensão plena da vida social, do diálogo e da tradução, a extensão pode ser esse campo formativo. A indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão proposta pode ser lida como uma potência criada entre o espaço universitário e a comunidade, uma vez que assegura uma via de mão dupla de diálogo, de aprendizagem.

A sociabilidade construída no trabalho de campo permitiu a vivência de processos reflexivos por meio dos quais cada um pôde se ver no outro, se identificar e se reconhecer também como pertencente ao mundo acadêmico. Quando a uni-



versidade, negada a grande parte da população pelo racismo estrutural reproduzido nas lógicas de acesso ao ensino superior, se reduz a instrumento de manutenção e consolidação da posição do indivíduo na estrutura social, se constitui como lugar de reprodução da classe dominante (BOURDIEU, 2013). Os estudantes que ingressam por meio de ações afirmativas enfrentam no ambiente universitário lutas diárias, inclusive em relação aos conteúdos formativos. As questões que trazem e os debates que apresentam, portanto, modificam a sala de aula.

A participação no projeto contribuiu muito para a minha formação intelectual e, principalmente, acadêmica. As discussões teóricas da Antropologia tem sido a base da minha perspectiva como pesquisadora no que concerne à preservação de práticas culturais ameaçadas, nas interpretações das narrativas visuais e na compreensão das memórias e histórias compartilhadas. [...] Por fim, gostaria de destacar que o grande desafio e principal objetivo é a “conquista” do nosso lugar no ensino superior. Desejo faculdades mais plurais, inclusivas e coloridas. Que haja mais projetos de extensão que possibilitem a integração dos alunos negros. Desejo ver empoderados todos os negros universitários e aqui, em especial, os negros das artes. (Gabrielle Nascimento, historiadora da arte, ex-bolsista Proext).

As palavras de Gabrielle expressam a potência do lugar da extensão nas universidades públicas – lugar do reconhecimento, do compartilhamento, lugar de si. Assim, um universo antes controlado de estudantes, vindos em sua maioria de escolas particulares, detentores de um capital cultural e social partilhado por muitos docentes, agora se transforma no palco da diversidade manifestada em múltiplas expressões e linguagens. Pensar uma universidade inclusiva, diversa, aberta às transformações e ao diálogo é urgente.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **O Senso Prático**. trad. Maria Ferreira, 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 471p. ISBN 978-85-326-3928-8.

DIAS, Carla da Costa. **Preservando e Construindo a memória do Jongo da Serrinha**. Formulário-Síntese da Proposta – SIGProj Edital PROEXT 2011. Ministério da Educação Secretaria de Educação Superior. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8158-resultado-final-edital-no4-proext2011-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 30 jan. 2020.

DIAS, C.; CÔRTEZ, C. A. **Cantos e Contos: Jongo da Serrinha**. Rio de Janeiro: EBA Publicações, 2011. 48p. ISBN 978-85-87145-39-0.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afrodescendentes: identidades em construção**. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2000. 188p. ISBN 85-347-0231-4.

FORPROEX. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. 100p. (Coleção Universitária). Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

FORPROEX. **Política Nacional De Extensão Universitária**. Manaus, maio de 2012. Disponível em: <<http://extensao.ufrj.br/images/BIBLIOGRAFIA/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: dez. 2018.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983. ISBN 978-85-7753-222-3.

GANDRA, Edir. **Jongo da Serrinha: do terreiro aos palcos**. Rio de Janeiro: GGE: Unirio, 1995. 206 p.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local** – Novos ensaios em antropologia interpretativa. 11ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009. 366p. ISBN 978-85-326-1932-7.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Trad. Maria Célia Santos. Petrópolis: Vozes, 1995. 236p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, 2ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998, 102 p.

INCROCCI, L. M. de M. C.; ANDRADE, T. H. N. O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC. **Soc. estado**. Brasília, v. 33, n. 1, p. 187-212, abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922018000100187&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 jan. 2019.

IPHAN. **Jongo do Sudeste**. Dossiê IPHAN 5. Brasília: IPHAN, 2007. 92 p. ISBN 978-85-7334-047-1.

MACHADO, Elielma A. Dentro da Lei: As políticas de ação afirmativa nas universidades. In: PAIVA, Angela Randolpho (org.). **Ação Afirmativa em Questão**. 1º ed. Rio de Janeiro: Pallas. 2013. 432p. ISBN: 978-85-347-0512-7.



NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). **Extensão Universitária**: diretrizes conceituais e políticas – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000.

SANTOS, Jocélio Teles dos Santos (org.). **Cotas nas Universidades – análise dos processos de decisão**. Salvador: CEAO, 2012. 288p. ISBN 978-8588070-15-8.

UFRJ. **Resolução CEG N. 02/2013**. Publicada no BUFRJ nº 24, 13 jun. 2013, que regulamenta o registro e a inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFRJ. Disponível em: <https://xn--extenso-2wa.ufrj.br/images/Creditacao/CEG2013_02.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2020.

Recebido em: 08/02/2019

Aceito para publicação em: 08/08/19

